

LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 085/2023 – CSL/EMSERH**EDITAL DE LICITAÇÃO****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.228/2023– EMSERH**

OBJETO: Contratação de empresa especializada na **prestação dos serviços de agenciamento de viagens, que compreende reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas**, quando necessário, em âmbito nacional e internacional, para deslocamentos de colaboradores a serviço da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH.

RETIRADA DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados, no sítio www.emserh.ma.gov.br, nos links transparência/licitações, podendo ainda ser adquiridos gratuitamente na CSL/EMSERH, durante os dias úteis, das 08:00 às 15:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, por meio da apresentação de dispositivo de armazenagem eletrônica (cd, pen drive etc.).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 / 10 / 2023.

HORÁRIO: 09h00min.

LOCAL DA SESSÃO: Auditório da Sede da EMSERH, localizada na Avenida Borborema, Quadra nº 16, nº 25, bairro Calhau – São Luís – MA.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ORÇAMENTO: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE (representado pela Menor RAV)

AGENTE DE LICITAÇÃO: Francisco Assis do Amaral Neto

EQUIPE DE APOIO: Valeska Moreira Lindoso

LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 085/2023 – CSL/EMSERH**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.228/2023 - EMSERH****EDITAL DE LICITAÇÃO****PREÂMBULO**

A **Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares**, neste ato designada **EMSERH**, através do Agente de Licitação que este subscreve, designado pela **Portaria nº 508, datada e publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão em 11 de agosto de 2023**, torna público para conhecimento dos interessados que realizará **LICITAÇÃO PRESENCIAL**, do tipo menor preço por lote (representado pela Menor RAV), sob o modo de **Disputa Aberto**, tendo em vista do que consta do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.228/2023-EMSERH**, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

A licitação reger-se-á pelas disposições do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH**, disponível em "www.emserh.ma.gov.br", da **Lei Estadual nº 9.529, de 23 de novembro de 2011**, da **Lei Estadual nº 10.403 de 29 de dezembro de 2015**, aplicando subsidiariamente a **Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016** e **Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações**.

O Edital e seus anexos, bem como o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH encontram-se disponíveis no site da EMSERH "www.emserh.ma.gov.br".

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1.** A presente Licitação Presencial tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de agenciamento de viagens, que compreende reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas, quando necessário, em âmbito nacional e internacional, para deslocamentos de colaboradores a serviço da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH.
- 1.2.** A despesa anual com a execução do objeto desta licitação foi previamente estimada em **R\$ 2.711.159,00** (dois milhões setecentos e onze mil cento e cinquenta e nove reais), incluindo neste valor a remuneração do agente de viagem, conforme a seguir:

| | |
|---|-------------------------|
| a) Valor anual estimado das passagens aérea nacional e internacional | R\$ 2.658.000,00 |
| b) Remuneração do Agente de Viagens-RAV (1.060 x R\$ 50,15), onde: 1.060 = média de passagens estimadas para o período R\$ 50,15 = valor médio da remuneração do Agente de Viagens (RAV) | R\$ 53.159,00 |
| Valor Total Estimado | R\$ 2.711.159,00 |

- 1.3.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do contrato.
- 1.4.** A licitante deverá indicar o valor total da sua proposta, o qual será composto pela RAV, com no máximo duas casas decimais após a vírgula (R\$ __, __ x 1.060 (número médio de passagens emitidas ao ano) + R\$ 2.658.000,00 (valor anual estimado pela EMSERH para

aquisição das passagens), não sendo permitida indicação de RAV "positiva" superior a R\$ 50,15 por bilhete/passagem emitido, bem como valor total da proposta superior a R\$ 2.711.159,00.

1.5. A licitante poderá ofertar RAV negativa (menor que zero).

1.6. Exemplos de proposta de preço a serem ofertadas.

| | |
|--|--|
| a) Valor total da proposta = (R\$ 50,15 x 1.060) + R\$ 2.658.000,00 → R\$ 53.159,00 + R\$ 2.658.000,00 = 2.711.159,00 Valor total da proposta = R\$ 2.711.159,00 | b) Valor total da proposta = (R\$ 30,00 x 1.060) + R\$ 2.658.000,00 → R\$ 31.800,00 + R\$ 2.658.000,00 = 2.689.800,00 Valor total da proposta = R\$ 2.689.800,00 |
| c) Valor total da proposta = (R\$ 0,00 x 1.060) + R\$ 2.658.000,00 → R\$ 0,00 + R\$ 2.658.000,00 = 2.658.000,00 Valor total da proposta = R\$ 2.658.000,00 | d) Valor total da proposta com RAV NEGATIVA = (R\$ -20,00 x 1.060) + R\$ 2.658.000,00 → R\$ -21.200,00 + R\$ 2.658.000,00 = 2.636.800,00 Valor total da proposta = R\$ 2.636.800,00 |
| e) Valor total da proposta com RAV NEGATIVA = (R\$ -30,00 x 1.060) + R\$ 2.658.000,00 → R\$ -31.800,00 + R\$ 2.658.000,00 = 2.626.200,00 Valor total da proposta = R\$ 2.626.200,00 | |

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

| | |
|----------------------|--|
| Unidade Orçamentária | 21202 |
| Unidade | EMSERH |
| Despesa | 4-3-02-01-21 – Agenciamento de Viagens |

3. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 3.1.** Os licitantes devem ater-se à fiel observância dos procedimentos estabelecidos neste Edital, podendo qualquer interessado acompanhar seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos;
- 3.2.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de sua transcrição;
- 3.3.** Havendo qualquer divergência entre o Edital e o Termo de Referência – Anexo I, prevalecerá o Edital.
- 3.4.** Os envelopes de Proposta de Preços e os envelopes de Documentação de Habilitação serão recebidos pelo Agente de Licitação e sua Equipe de Apoio, em envelopes separados, devidamente lacrados e identificados na parte externa na forma definida neste Edital.
- 3.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Licitação em contrário.

- 3.6.** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas e dos documentos de habilitação.
- 3.7.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.
- 3.8.** Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital, a licitante deverá acessar o sítio da EMSERH (<http://www.emserh.ma.gov.br/licitacoes-online>), para acompanhamento de quaisquer alterações, erratas, adiamento, esclarecimentos, julgamento de impugnação, revogação, anulação e demais informações complementares referentes ao presente Edital.
- 3.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na EMSERH.
- 3.10.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 3.11.** Os licitantes que desejarem obter cópia integral dos autos, bem como vistas, deverão solicitar pessoalmente, junto à Ouvidoria da EMSERH, ou eletronicamente, através dos sítios www.ouvidorias.ma.gov.br ou www.e-sic.ma.gov.br.
- 3.12.** É facultado ao Agente de Licitação:
- a)** É facultada ao Agente de Licitação ou Autoridade Competente da EMSERH, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no envelope contendo a proposta ou envelope contendo a documentação, salvo os documentos ou informações de caráter elucidativo ou esclarecedores dos constantes do processo.
 - b)** O Agente de Licitação, caso necessário, verificará, em sessão, a autenticidade dos documentos caso os mesmos sejam entregues em cópias simples, mediante a apresentação dos originais.
 - c)** No julgamento da Proposta e da Documentação de Habilitação sanar erros ou falhas que não alterem a substância da Proposta, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados.
 - d)** Relevar omissões puramente formais observadas na Documentação e na Proposta, desde que não contrariem a legislação e não comprometam a lisura da licitação.
 - e)** Negociar em qualquer momento da Licitação os preços e condições da Proposta, visando aumentar as vantagens em favor da EMSERH, não podendo, porém, alterar o objeto ou condições de classificação e habilitação.
 - f)** Controlar o uso de celulares, pagers e outros meios de comunicação dos licitantes presentes na sessão.
 - g)** Delegar aos membros da Equipe de Apoio atribuições pertinentes ao processo.
 - h)** Suspender os trabalhos da Sessão Pública para análise de documentos, realização de diligências e julgamento das propostas.
 - i)** Adiar a Sessão Pública de abertura do certame por razões administrativas e ainda modificar o Edital, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a

formulação da Proposta.

- j) Em qualquer fase da licitação, adiar sessões, assim como suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos em Ata circunstanciada da Sessão.
- k) O Agente de Licitação, caso necessário, poderá, em sessão pública, solicitar os originais dos documentos exigidos no edital e apresentados pelos licitantes. Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados, no prazo a ser estabelecido em sessão e registrado em Ata da Sessão Pública, ao Protocolo da Comissão Setorial de Licitação – CSL da EMSERH, localizado na Av. Borborema, Quadra nº 16, nº 25, Bairro Calhau - São Luís/MA, CEP: 65.071-360.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências quanto à documentação e requisitos de classificação das propostas, constantes deste Edital e seus Anexos.
- 4.2. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela EMSERH a empresa que se enquadrar em uma das hipóteses previstas no art. 8º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.
- 4.3. Os interessados em participar das contratações devem se comprometer com os padrões éticos aceitos pela Instituição nos termos do Código de Conduta e Integridade da EMSERH divulgado por meio do seu sítio eletrônico.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

- 5.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos ao Edital de licitação, por irregularidade, protocolizando o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo a EMSERH julgar e responder à impugnação, em até 03 (três) dias úteis antes da realização da sessão.
 - 5.1.1. A impugnação ou solicitação de esclarecimento poderão ser apresentadas na Sala da Comissão Setorial de Licitação - CSL da EMSERH, em dias úteis e das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min, ou enviadas por e-mail (csl.emserh.ma@gmail.com) e/ou amaralneto.emserh@gmail.com).
- 5.2. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos nos termos do Edital de licitação perante a EMSERH, o licitante que não o fizer até o 5º (quinto) dia útil que anteceder a abertura da licitação, apontando as falhas ou irregularidades que viciariam esse Edital, hipótese em que a comunicação não terá efeito de recurso.
- 5.3. A interposição de impugnação ou de pedido de esclarecimentos não impedirá a licitante de participar do processo licitatório.
- 5.4. Havendo qualquer modificação no Edital decorrente de acolhimento de Impugnação ou não, que afete substancialmente a formulação das Propostas, a sessão de abertura do certame será suspensa e designada nova data para a realização do certame, com fixação do prazo igual ou maior ao inicialmente estabelecido.
- 5.5. Os prazos para impugnação e pedido de esclarecimento determinados neste Edital são decadenciais, portanto, se formulados fora dos prazos estabelecidos serão considerados intempestivos.

5.6. Os julgamentos das impugnações e respostas aos pedidos de esclarecimento, bem como, eventuais alterações aos termos do Edital, serão disponibilizados na página "www.emserh.ma.gov.br".

5.6.1. Ao acessar o Edital no site da EMSERH, o interessado estará ciente da necessidade de acompanhamento, na página www.emserh.ma.gov.br de eventuais alterações, notificações e comunicações.

5.7. O Agente de Licitação, para resposta às impugnações formuladas ou aos pedidos de esclarecimentos recebidos, poderá auxiliar-se de apoio técnico e/ou jurídico.

5.8. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e o Agente de Licitação, sua Equipe de Apoio e demais servidores da CSL/EMSERH.

6. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1. A Sessão Pública de abertura do certame terá início com o Credenciamento dos representantes legais das licitantes que se fizerem presentes, mediante entrega dos documentos com a comprovação da outorga de poderes necessários para a prática de todos os atos inerentes a esta licitação, nas condições seguintes:

6.1.1. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, logo após a abertura do certame.

6.1.2. Os documentos de credenciamento serão conferidos pelo Agente de Licitação, a cada Sessão Pública realizada.

6.1.3. A Licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Agente de Licitação e equipe de apoio com apenas um Representante Legal, ou através de um Procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada;

6.1.4. Na necessidade de continuidade da sessão em outra data, a licitante poderá credenciar novo representante legal ou procurador, por instrumento público ou particular de procuração, ou por Termo de Credenciamento, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, com a firma(s) reconhecida(s), na forma da Lei, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de lances, firmar declarações, desistir ou praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

6.2. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

6.2.1. Cédula de identidade do(s) Sócio(s) Administrador(es) e/ou do empresário individual;

6.2.2. Se dirigente, proprietário, sócio, ou assemelhado da empresa Proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da sede da Licitante ou outro órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

a) No caso de sociedade por ações, o documento referido no subitem 6.2.2. deverá estar acompanhado da comprovação de eleição de seus administradores.

6.2.3. A identificação do interessado será realizada exclusivamente através da apresentação de documento identidade ou outro documento apto para tanto;

6.2.4. Tratando-se de procurador: instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta

Credencial (Anexo II), no qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a esta Licitação Presencial:

- a) Procuração por instrumento particular e Carta Credencial (Anexo II) deverão estar acompanhadas de cópia do documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, dentre os indicados no subitem 6.2.2;
- b) Instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (Anexo II) deverão, obrigatoriamente, sob pena de não ser aceito o credenciamento, ser firmados por tantos responsáveis pela empresa, quantos estabeleça o contrato social ou estatuto de constituição, com permissão para outorgar poderes no que tange a sua representatividade.

6.3. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar, de forma conjunta, o Termo de Credenciamento/Procuração para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório;

6.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

6.5. O licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações:

- a) Carta Credencial, Anexo II do edital;
- b) Declaração conjunta de credenciamento – Anexo IV do edital.

6.6. Para exercer o direito de ofertar lances é obrigatória a presença do representante credenciado da licitante nas sessões públicas referentes à licitação.

6.6.1. Na ausência do credenciamento, serão mantidos os valores apresentados na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço, bem como fica prejudicada a manifestação da intenção de recurso.

6.7. Não será admitida a participação de um mesmo representante legal ou procurador para mais de uma empresa.

6.8. Encerrado o credenciamento e iniciada a abertura do primeiro envelope de propostas de preços, o ingresso de licitantes ao recinto será permitido apenas ao interessado assistir a sessão, sem perturbar os trabalhos, não sendo mais admitidos, a partir desse momento, novas propostas/licitantes.

7. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora mencionados neste Edital, em 02 (dois) envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados no fecho e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO PRESENCIAL nº 085/2023-CSL/EMSERH
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

**ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO PRESENCIAL nº 085/2023-CSL/EMSERH
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

- 7.2.** Não será admitida a entrega de apenas 01 (um) envelope.
- 7.3.** Não serão consideradas propostas apresentadas por fac-símile e internet.
- 7.4.** Após a entrega dos dois envelopes, aquele indicado como "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" será rubricado pelo Agente de Licitação, equipe de apoio e representantes credenciados das licitantes.
- 7.4.1.** Na hipótese de o interessado pretender servir-se da autenticação por servidor da Comissão Setorial de Licitação - CSL da EMSERH, deverá solicitá-la, em dias úteis, das 8h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min, até o dia anterior à Sessão de abertura da licitação, sendo aceitos somente documentos e cópias legíveis e cujas informações não estejam rasuradas.
- 7.4.2.** Os documentos necessários ao certame poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por empregado vinculado à Comissão de Licitação, ou autenticado digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, conforme art. 114 do RILC/EMSERH.
- 7.4.2.1.** No caso de autenticação através da CSL/EMSERH, somente serão aceitos os documentos originais para fins de comprovação da autenticidade das cópias¹.
- 7.5.** Os documentos extraídos via Internet somente serão considerados válidos após a confirmação da autenticidade através do site do órgão emitente.
- 7.6.** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder da Comissão de Licitação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 8.1.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.2.** O licitante não poderá alegar erros ou omissões praticadas na proposta, com o intuito de acrescer o valor proposto ou desviar-se de obrigações previstas neste Edital.
- 8.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 8.4.** Os itens de propostas que eventualmente contemplem objeto que não correspondam às especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I), deste Edital serão desconsiderados;
- 8.5.** A Proposta de Preços (Anexo II) deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:
- a)** Número da licitação, razão social do proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, endereço eletrônico (e-mail) e telefone, este último se houver, para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento;

¹ Acórdão 801/2004 - Plenário TCU

- b)** Nome completo do responsável pela assinatura do contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;
- c)** Descrição detalhada do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes no Modelo de Proposta de Preços (Anexo III), com a indicação da unidade de fornecimento e quantidade para todos os itens.
- d)** Proposta de preços com indicação do preço unitário e total de cada item, preço total do lote, em algarismo e total da proposta, em algarismo e por extenso, em Real (R\$), com no máximo 02 (dois) algarismos após a vírgula, sendo considerados fixo e irrevogável, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a entrega dos materiais objeto desta licitação;

d.1) Havendo divergências entres os preços unitários e preços totais, prevalecerão os valores unitários. No caso divergências entres os valores numéricos e por extensos prevalecerão os indicados por extenso.

- e)** Prazo de Validade da Proposta: não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura do certame;
- f)** Prazo de início da execução dos serviços: conforme estabelecido no item 4.2 do Termo de Referência (Anexo I);
- g)** Local de execução dos serviços: conforme estabelecido no item 4.1 do Termo de Referência (Anexo I);

8.5.1. Por ocasião da entrega da proposta final, a mesma deverá conter as alíneas contidas no subitem anterior (8.5);

8.6. Caso os prazos de validade da proposta, prazo de execução dos serviços e local de execução dos serviços sejam omitidos da Proposta de Preços, o Agente de Licitação entenderá como sendo iguais aos previstos no subitem 8.5, respectivamente, alíneas "e", "f" e "g".

8.7. Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

8.7.1. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a EMSERH, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a EMSERH.

8.7.2. Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexequível. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora prestar os serviços sem ônus adicionais.

8.8. Após o término da fase de lances/negociação e análise da proposta detentora do menor preço, serão desclassificadas as propostas que:

- a)** Contenham vícios insanáveis;
- b)** Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- c)** Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- d)** Após esgotada a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do orçamento

estimado para a contratação;

- e) Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela EMSERH;
- f) Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

8.9. Caso entenda que o preço é inexequível, o Agente de Licitação deverá antes de desclassificar a oferta, estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, através de documentos, tais como, planilha de custos elaborada pelo próprio licitante sujeita a exame pela Administração, contrato, notas fiscais, ainda que em execução, com preços semelhantes, ou outros documentos equivalentes.

8.9.1. A licitante que ofertar preço considerado inexequível pelo Agente de Licitação e que não demonstre posteriormente sua exequibilidade, se sujeita às penalidades administrativas pela não manutenção da proposta previstas neste Edital e no RILC/EMSERH.

8.9.2. Confirmada a inexequibilidade, o Agente de Licitação poderá reabrir a licitação convocando sessão pública para dar continuidade ao certame.

8.10. A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta, não será causa de desclassificação.

8.11. Não se admitirá proposta que apresentar alternativa de preços.

8.12. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis.

8.13. O Agente de Licitação poderá corrigir quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, com base no valor unitário, e poderá incluir o preço global da proposta, se faltar.

8.14. Havendo omissão de prazos ou condições serão considerados aceitos, tácita e irrevogavelmente, os prazos e condições exigidos pelo Edital.

8.15. A falta de numeração, data, rubrica e/ou assinatura na Proposta de Preços poderá ser suprida pelo representante legal, presente na sessão pública.

8.16. A Proposta apresentada, bem como os lances ofertados, e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e da total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

8.17. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceitos pelo Agente de Licitação.

8.18. O licitante que não mantiver sua proposta ficará sujeito às penalidades do estabelecidas neste Edital.

8.19. Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação/recusa de outra que tenha obtido colocação superior, o Agente de Licitação deverá negociar condições mais vantajosas com quem o apresentou.

a) A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

b) Se depois de adotada a providência referida na alínea "a" deste subitem não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

8.20. Caso a convocação para contratação não seja emitida dentro do período de validade da proposta, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos, sendo que a EMSERH poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade da proposta por mais 120 (cento e vinte) dias consecutivos.

9. DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

9.1. Os documentos devem ser apresentados em nome do licitante, com o número do CNPJ e endereço respectivos observado o seguinte:

- a)** Se o licitante for MATRIZ, todos os documentos devem estar em nome da MATRIZ;
- b)** Se o licitante for FILIAL, todos os documentos devem estar em nome da FILIAL;

b.1) Na hipótese de FILIAL, será aceita a apresentação de documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da MATRIZ.

9.1.1. Serão aceitas como prova de regularidade emitida pelos órgãos competentes as certidões negativas e as certidões positivas com efeitos de negativa.

9.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a)** Documento de Identificação do(s) Sócio(s) Administrador(es) ou do Empresário Individual;
- b)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no caso de pessoa física, prova de inscrição no CPF – Cadastro de Pessoa Física;
- c)** No caso de empresário individual, deverá apresentar a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- d)** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- e)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- f)** No caso de sociedade simples, deverá apresentar a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- g)** No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, deverá apresentar a Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede o participante;
- h)** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, deverá apresentar o Decreto de autorização.

9.2.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.1.2. O objeto social especificado nos documentos acima determina a participação da Empresa nas licitações promovidas pela EMSERH, devendo ser totalmente compatível com o objeto licitado.

9.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.3.1. TRANSPORTE AÉREO

9.3.1.1. Atestado(s) e/ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica, em nome da MATRIZ ou FILIAL da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado,

comprovando que a licitante executou ou executa serviços pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

- a) O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.
- 9.3.1.2.** Certificado de Registro no Ministério do Turismo – EMBRATUR, na forma da Lei nº 11.771 de 17/09/2008, que indica que está credenciada a realizar serviços de reserva de emissão / fornecimento de passagens aéreas.
- 9.3.1.3.** Comprovação de que a licitante se encontra regularmente associada na Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV, mediante apresentação de Certificado emitido pela entidade, com data não anterior a trinta dias da primeira publicação deste Edital.
- 9.3.1.4.** Declaração formal e expressa do licitante, informando que opera com no mínimo de 2 (duas) companhias aéreas nacionais, classificadas como regulares perante o Departamento de Aviação Civil – DAC, em observância ao art. 8º da IN 03/2015-MPOG.
- 9.3.1.5.** Apresentar Ato de registro perante a Internacional Air Transport Association (IATA). Na hipótese de empresa não dispor desse registro, poderá apresentar declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, obtida no site, traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que o licitante é possuidor de crédito direto e está autorizado a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato.
- 9.3.1.6.** Declaração formal e expressa do licitante, informando que opera com todas as companhias aéreas nacionais classificadas como regulares perante o Departamento de Aviação Civil – DAC.

9.4. DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA:

- 9.4.1.** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de sua emissão/expedição, quando não vier expresso o prazo de validade na certidão.
- a) Na impossibilidade da emissão da certidão a que se refere o subitem anterior, deve ser apresentada pelo licitante o Plano de Recuperação acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 9.4.2.** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei e de acordo com Conselho Federal de Contabilidade - CFC na data de realização deste certame, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devidamente acompanhados dos termos de abertura e encerramento do livro diário e das notas explicativas².
- a) As empresas obrigadas ou as que optam voluntariamente pela elaboração das

² TCU, Acórdão 1544/2008, Plenário, rel. MARCOS BEMQUERER, j. 13.05.2008; Art. 176, §4º, da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6404/76); Resolução CFC n.º 1.255 De 10/12/2009; Resolução CFC n.º 1.328/11; ITG 09; NBC TG 1001; NBC TG 1002; INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/SGD/ME Nº 82, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2022.

Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos da IN RFB nº 2.003/21, terão que apresentar, até o último dia útil do mês de junho, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício encerrado;

- b)** As empresas não obrigadas à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, terão que apresentar, até 30 de abril, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício encerrado.
- c)** A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índice financeiro utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores estabelecidos:

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

c.1) O Índice de Solvência Geral (ISG) expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

c.2) O Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

c.3) O Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

c.4) Para os três índices (ISG, ILG e ILC), o resultado "maior ou igual a 1" é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa.

c.5) O atendimento aos índices estabelecidos neste Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

c.6) A apresentação dos índices se dará por meio apresentação de declaração, em papel timbrado, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital, utilizando os dados registrados no Balanço Patrimonial.

- d)** As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital

Social e/ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação admitidas à atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais, e ainda:

- e) As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.
- f) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.
- g) É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- h) A licitante deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo a integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado (para os casos de apresentação de DRE) de forma que seja possível verificar os saldos apurados;

9.4.2.1. As demonstrações contábeis deverão ser "apresentadas na forma da Lei", nas seguintes situações e condições, sendo obedecidas as formas de publicação, de acordo com a legislação aplicável a cada caso, e previsto neste instrumento convocatório, devendo observar e apresentar, nos termos das alíneas que seguem:

- a) Publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, ou outro jornal de grande circulação da sede ou domicílio do licitante, conforme art. 289 da Lei Federal nº 6.404/1976, ou;
- b) Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
- c) Registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio do licitante para as sociedades simples ou;
- d) Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

9.4.3. A licitante que declarar ser enquadrada como ME / EPP deverá apresentar a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do último exercício social para fins de confirmação da declaração prestada em consonância com o disposto nos incisos I e II do art. 3º da LC nº 123/2006 e Jurisprudência do TCU³. A prestação de declaração falsa ou indevida de MEI / ME / EPP neste certame ensejará a inabilitação da licitante.

9.5. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.5.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social / INSS, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

³ Acórdãos nsº 1.370/2015 – Plenário, 1.677/2018 – Plenário e 61/2019 - Plenário

- 9.5.2.** Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;
- 9.5.3.** Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a:
- a)** Certidão Negativa de Débitos Fiscais, e;
 - b)** Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;
 - c)** Quando a prova de regularidade de que trata o subitem 12.6.3 for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, o Agente de Licitação poderá diligenciar para dirimir eventuais dúvidas.
- 9.5.4.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo às empresas sediadas no estado do Maranhão, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.5.5.** Prova de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, disponível no sítio eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginaçãoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CcpfCnpj%2Cnome%2CufSancionado%2Corgao%2CtipoSancao%2CdataPublicacao&cpfCnpj=15377821858#>
- 9.5.5.1.** No momento do exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
 - b)** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica / TCU disponível em (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>). A consulta consolidada inclui a Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU, Consulta do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ e Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 9.5.5.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.5.5.3.** Constatada a existência de sanção que impeça o licitante de participar de licitação no âmbito da EMSERH, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.5.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, apenas em procedimentos cujo objeto contemple parcial ou integralmente terceirização ou utilização de mão de obra.
- 9.5.6.1.** As MEI / ME / EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação da Regularidade Fiscal e/ou Trabalhista, mesmo que esta presente alguma restrição.
- a)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será

assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 43, §4º da LC 123/2006);

- b)** A não regularização da documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- c)** Na hipótese da não contratação de MEI / ME / EPP, o objeto licitado poderá ser registrado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

- 9.6.** A inabilitação da licitante importa a perda do direito de participar das fases seguintes.
- 9.7.** É de exclusiva responsabilidade das licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.
- 9.8.** A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à licitante.
- 9.9.** Para os documentos nos quais não se exige a definição expressa do prazo de validade, será considerado o prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de sua expedição.
- 9.9.1.** O disposto no subitem 12.9 não se aplica às declarações emitidas pelo próprio licitante e nem ao documento exigido no subitem 12.3.1, alínea "a".
- 9.10.** Para facilitar o trabalho de análise dos documentos pelo Agente de Licitação, solicitam-se as licitantes que apresentem toda a documentação na ordem estabelecida no Edital.
- 9.11.** Para fins de habilitação, a verificação pela EMSERH, órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

- 10.1.** Declarada a abertura da sessão pelo Agente de Licitação, após credenciamento realizado conforme item 6 deste Edital, não serão mais admitidos novos proponentes.
- 10.2.** Após o ordenamento das propostas na ordem crescente de preços o Agente de Licitação convidará individual e sucessivamente os licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta menos vantajosa, seguido dos demais.
- 10.3.** Havendo empate entre duas ou mais propostas escritas e proclamadas aptas à fase de lance, serão selecionadas todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo preço, realizando-se sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.
 - 10.3.1.** A licitante sorteada em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação às demais empatadas, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 10.4.** Verificando-se divergência entre os valores numéricos e os por extenso, predominarão os últimos, independentemente de consulta à licitante.
- 10.5.** Será dada oportunidade às licitantes selecionados, conforme itens anteriores, para, individualmente e de forma sequencial, apresentarem lances verbais, de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a começar pela licitante detentora da proposta de maior preço e as demais, em ordem decrescente de valor, para a escolha da proposta de MENOR PERÇO (representado pela Menor RAV)

- 10.6.** A licitante deverá oferecer somente lance inferior ao último por ela ofertado.
- 10.6.1.** Com um lance superior ao menor já ofertado por outra participante (lance intermediário), a licitante se retira automaticamente da sequência da fase de lances, sem prejuízo do disposto no item 10.12.
- 10.7.** É vedada a oferta de lance com vistas ao empate.
- 10.8.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Agente de Licitação, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele ofertado.
- 10.9.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados.
- 10.9.1.** Após a fase de lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PERÇO (representado pela Menor RAV).
- 10.9.2.** A fase de lances se encerra quando, restando apenas duas licitantes, uma declina do seu direito a lance.
- 10.10.** Encerrada a etapa competitiva, as propostas de MEI / ME / EPP que se encontrarem na faixa até 10% (dez por cento) acima do menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada, devendo estas proponentes ser convocadas na ordem de classificação, uma na falta da outra, para fazer uma única e última oferta, inferior a da primeira colocada, visando o desempate.
- 10.10.1.** Aplica-se o disposto neste item somente no caso da proposta inicialmente mais bem classificada não ter sido apresentada por MEI / ME / EPP.
- 10.11.** Sendo aceitável a proposta de menor preço, o Agente de Licitação procederá à abertura do envelope nº 02 contendo a documentação da licitante classificada em primeiro lugar, para verificar suas condições habilitatórias, consoante às exigências deste Edital.
- 10.12.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Licitação examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, observado o disposto no item 10.11 deste Edital, e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 10.13.** Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas da causa.
- 10.14.** Caso tenha ocorrido lance/negociação, a proposta de preços, ajustada ao preço final, deverá ser protocolada na Comissão Setorial de Licitação da EMSERH, ou enviado através do sítio eletrônico csl.emserh.ma@gmail.com no prazo a ser definido pelo agente de licitação na sessão pública, que não poderá ultrapassar o limite de 02 (dois) dias.
- 10.15.** O prazo estabelecido no subitem 10.14, poderá ser prorrogado por igual período mediante apresentação de justificativa/solicitação da licitante e aceite pelo Agente de Licitação.
Se não houver interposição de recurso por parte das licitantes presentes, o Agente de Licitação encaminhará a licitação para homologação, logo após a apresentação da Proposta de Preço indicada no subitem anterior.

- 10.16.** Se houver interposição de Recurso contra atos do Agente de Licitação, a homologação dar-se-á após o julgamento do Recurso interposto e dado conhecimento do seu resultado.
- 10.17.** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Agente de Licitação, pelos componentes da Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.

11. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

- 11.1.** Encerrado o julgamento e declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer, via sistema eletrônico e dentro do prazo de 30 (trinta) minutos, em seguida será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação das RAZÕES RECURSAIS, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar CONTRARRAZÕES em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, estando assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;
- 11.1.1.** A falta de manifestação imediata de interpor recurso, no momento da sessão desta licitação, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto à(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s);
- 11.1.2.** As razões do recurso bem como as contrarrazões deverão ser encaminhadas por meio do endereço eletrônico "csl.emserh.ma@gmail.com", com cópia para "amaralneto.emserh@gmail.com" ou protocolados na Sala da Comissão Setorial de Licitação - CSL, localizada na Avenida Borborema, Quadra nº 16, nº 25, Calhau. CEP: 65.071-360 – São Luís/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min;
- 11.2.** O recurso que versar sobre habilitação/inabilitação ou sobre classificação/desclassificação de propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.
- 11.3.** Os recursos meramente protelatórios serão sujeitos à aplicação da penalidade prevista no inciso III do artigo 213, conforme disciplina o art. 219 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.
- 11.4.** O recurso será dirigido ao Presidente da EMSERH, por intermédio do Agente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento do recurso.
- 11.5.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Comissão Setorial de Licitação – CSL/EMSERH, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital;
- 11.6.** Caberá recurso administrativo, à Instância Superior, em única fase recursal, da decisão da autoridade competente que, por recusa injustificada à assinatura do contrato ou por descumprimento contratual, rescindir o instrumento contratual nos casos nele especificados ou aplicar as penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da decisão.

- 11.6.1.** O recurso será dirigido à Instância Superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou, não sendo o caso, fazê-lo subir devidamente informado.
- 11.6.2.** Nas hipóteses do subitem 14.6 deste Edital, o recurso administrativo não possuirá efeito suspensivo, salvo disposição legal em contrário.
- 11.6.3.** A autoridade recorrida poderá, de ofício ou a pedido, havendo motivado receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, conferir efeito suspensivo ao recurso.
- 11.6.4.** A interposição do recurso administrativo ensejará preclusão para quaisquer outras manifestações da empresa interessada sobre a decisão da qual foi intimada.
- 11.6.5.** O recurso não será conhecido quando interposto:
- Intempestivamente;
 - Por quem não seja parte sucumbente no processo;
 - Após exaurida as instâncias administrativas do processo;
- 11.6.6.** Não caberá pedido de reconsideração nas decisões das hipóteses do subitem 14.6 deste Edital, bem como nas decisões da Instância Superior.
- 11.7.** Caberá recurso, no mesmo prazo previsto no subitem 14.1 deste Edital, contra a decisão da autoridade competente que:
- suspender ou cancelar ata de registro de preços;
 - indeferir, suspender ou cancelar registro cadastral;
 - indeferir pré-qualificação.
- 11.8.** Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1.** O objeto desta Licitação será Adjudicado pelo Agente de Licitação ao(s) vencedor(es) dos itens/lotos, quando não houver interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 117 do RILC/EMSERH.
- 12.1.1.** Havendo interposição de recurso, o ato de Adjudicação deverá ser efetivado pelo Presidente da EMSERH nos termos do art. 117, parágrafo único, do RILC/EMSERH.
- 12.2.** A Homologação desta Licitação compete ao Presidente da EMSERH nos termos do art. 118 do RILC/EMSERH.

13. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

- 13.1.** Quanto a Administração manifestar interesse em revogar ou anular licitação, no caso de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, referida no inciso III do artigo 42 do RILC/EMSERH, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da divulgação do interesse, para que os licitantes manifestem interesse em contestar o respectivo ato.
- 13.2.** Além das hipóteses previstas no artigo 98, §3º e no artigo 187, §2º, inciso II, ambos do RILC/EMSERH, o Presidente da EMSERH poderá revogar a licitação por razões de

interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

- 13.2.1.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, observado o subitem 16.2.2.
- 13.2.2.** A nulidade da licitação induz à do contrato.
- 13.2.3.** O disposto nos subitens 16.2, 16.2.1 e 16.2.2 aplica-se, no que couber, aos atos por meio dos quais se determine a contratação direta.

14. DA CONTRATAÇÃO

- 14.1.** Homologado o resultado da licitação, a EMSERH convocará o licitante vencedor para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar o Instrumento Contratual (Anexo IV), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Item 23 deste Edital;
 - 14.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela EMSERH;
- 14.2.** É facultado à EMSERH, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:
 - a)** Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados conformidade com o instrumento convocatório;
 - b)** Revogar a licitação.
- 14.3.** Decorridos 90 (noventa) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, caso outro prazo não tenha sido estabelecido no instrumento convocatório.
- 14.4.** No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes específicos ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.
 - a)** Caso a adjudicatária já tenha apresentado os documentos exigidos pelo caput em momento oportuno no processo licitatório, fica dispensada do cumprimento desta disposição.
 - b)** A assinatura do contrato, de seus aditivos e de qualquer outro documento pertinente à sua execução pode ser realizada eletronicamente, conforme regulamentado em ato normativo interno;
 - c)** A formalização do instrumento de contrato estará condicionada à inexistência de registro junto ao Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI e à apresentação de Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com Efeito de Negativa) junto à CAEMA, na forma da Lei n.º 6.690/96 e do Decreto Estadual n.º 21.178/05, respectivamente, não sendo exigível a comprovação de regularidade fiscal;
- 14.5.** No ato da assinatura do contrato, convênio ou concessão, a Administração Pública deverá consultar o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo divulgada no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego, certificando nos autos a regularidade ou irregularidade da pessoa jurídica de

direito privado interessada em celebrar o contrato, consoante a Lei Estadual nº 10.612 de 03 de julho de 2017, que alterou o parágrafo único da Lei Estadual nº 9.752, de 10 de janeiro de 2013;

- 14.6.** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à EMSERH, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 14.7.** O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 14.8.** A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMSERH a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.
- 14.9.** Obrigam-se os contratados a:
- 14.9.1.** Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal;
 - 14.9.2.** Cumprir a legislação e a regulamentação relativa à prevenção e ao combate à corrupção;
 - 14.9.3.** Não utilizar, de qualquer forma, de trabalho infantil ou em condições análogas à de escravo;
 - 14.9.4.** Adotar boas práticas de preservação ambiental; e
 - 14.9.5.** Conhecer e respeitar o Código de Conduta e Integridade da EMSERH.
- 14.10.** É vedado aos contratados e a seus empregados realizar qualquer negócio em nome do ou em razão de contrato firmado com a EMSERH de maneira imprópria, que configure atos criminosos ou ilícitos, tais como corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e fraudes.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 15.1.** Conforme Cláusula Décima Segunda da Minuta do Contrato (Anexo V) e ITEM 9 do Termo de Referência (Anexo I) e deste Edital.

16. DO FISCAL DO CONTRATO

- 16.1.** Conforme Cláusula Décima Quinta da Minuta do Contrato (Anexo V) deste Edital.

17. DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 17.1.** Conforme Cláusula Décima Primeira da Minuta do Contrato (Anexo V) deste Edital.

18. DA REVISÃO

- 18.1.** Conforme Cláusula Décima Terceira da Minuta do Contrato (Anexo V) deste Edital.

19. DO REAJUSTE

- 19.1.** Conforme Cláusula Décima Sétima da Minuta do Contrato (Anexo V) deste Edital

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1.** Além das sanções previstas no Cláusula Décima Quarta da Minuta do Contrato (Anexo V) deste Edital, os participantes poderão sofrer as penalidades previstas nos arts. 211 a 216 do RILC/EMSERH.

21. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 21.1.** Conforme as Cláusulas Sexta e Sétima da Minuta do Contrato (Anexo V) e do ITENS 4 e 5 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital deste Edital.

22. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 22.1.** Conforme Cláusula 7ª da Minuta do Contrato (Anexo V) e Item 5 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 23.2.** O resultado desta licitação será comunicado mediante publicação no site da EMSERH "www.emserh.ma.gov.br".
- 23.3.** Ocorrendo feriado, ponto facultativo ou fato superveniente que impeça a abertura das propostas e o início da disputa desta licitação na data acima mencionada, será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, salvo comunicação em contrário.
- 23.4.** São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

| | |
|-----------|------------------------------|
| Anexo I | Termo de Referência |
| Anexo II | Modelo de Carta Credencial |
| Anexo III | Modelo de Proposta de Preços |
| Anexo IV | Declaração Consolidada |
| Anexo V | Minuta de Contrato |

São Luís (MA), 04 de setembro de 2023.

Francisco Assis do Amaral Neto
Agente de Licitação da EMSERH
Matricula nº 536

LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 085/2023 – CSL/EMSERH**MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.228/2023– EMSERH****ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de agenciamento de viagens, que compreende reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas, quando necessário, em âmbito nacional e internacional, para deslocamentos de colaboradores a serviço da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando que a EMSERH é uma empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 9.732, de dezembro de 2012, tem por finalidade precípua a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e farmacêutica, de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestação de apoio às instituições de ensino, pesquisa e extensão do qual administra diversas unidades hospitalares em todo o estado do Maranhão.

2.2. Considerando que o serviço a ser contratado é imprescindível, diante da necessidade de deslocamento dos nossos colaboradores para participação em congressos, capacitações, conferências, reuniões e demais demandas, sendo a escolha do transporte justificada pelos ganhos relacionados ao tempo despendido, a segurança dos nossos colaboradores e ao custo-benefício.

2.3. O mercado de gestão hospitalar está em constante avanço e a EMSERH está completamente envolvida nesse contexto, buscando sempre oferecer soluções e inovações a saúde, bem como investindo no aperfeiçoamento e aprendizado contínuo de sua equipe de profissionais.

2.4. A presente contratação configura-se necessária, uma vez que os participantes devem providenciar transporte para o deslocamento de seus gestores, servidores e terceiros em serviços eventuais, que necessitem deslocar-se exclusivamente em missão de serviço, para qualquer cidade do Estado do Maranhão, Estado da Federação ou para o exterior, visando à execução de tarefas ligadas à gestão, capacitação, participação em congressos, conferências, reuniões técnicas e demais demandas que se fizerem necessárias. A interrupção destes serviços certamente implicará não só no comprometimento da continuidade das atribuições, como poderá trazer danos irreparáveis, uma vez que esta Emserh necessita do objeto supramencionado para o desempenho da sua função junto à sociedade, e a falta de continuidade dos serviços, certamente, trará obstáculos ao desenvolvimento das atividades relacionadas. Assim, diante do exposto acima, fica demonstrado a necessidade da contratação do objeto em questão.

2.5. Desta forma, venho através deste, solicitar abertura de processo para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, que compreende a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de

passagens aéreas, quando necessário, em âmbito nacional e internacional, para deslocamentos de colaboradores a serviço da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Passagens aéreas, que compreendam o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação.

3.2. Trecho compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia/empresa.

3.3. As tabelas abaixo indicam os possíveis trechos que porventura poderão ser utilizados, considerando as viagens programadas e as viagens para eventos e demais necessidades da EMSERH:

| ITEM | Descriminação dos Serviços | RAV- Remuneração do Agente de Viagem A | Número Médio de Passagens Emitidas ao Ano (Ida e Volta) B | Valor Anual estimado para Aquisição das Passagens C | Valor total estimado da contratação D=(AxB)+C |
|-------------------------------------|--|--|---|---|---|
| 1 | Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, que compreende reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas quando necessário, em âmbito Nacional e Internacional, para deslocamentos de colaboradores a serviço da EMSERH. | R\$ ----- | 1.060 | R\$ 2.658.000,00 | R\$ ----- |
| VALOR TOTAL (incluído a RAV) | | | | | R\$ ----- |

4. DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.4. O serviço será executado a partir da emissão da ordem de serviço.

3.5. Para execução dos serviços, a empresa contratada deverá oferecer os seguintes serviços:

- Execução de reserva automática, "on-line" e emissão de seu comprovante;
- Emissão de bilhetes automatizados, "on-line" e ou presenciais;
- Consulta e informações quanto ao melhor percurso ou rota, "on-line" ou presencial;
- Consulta e frequência de voos e equipamentos, "on-line" ou presencial;
- Consulta a menor tarifa disponível "on-line" ou presencial;
- Impressão de consultas formuladas;
- Alteração/remarcação de bilhetes e passagens e combinação de tarifa;
- Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos e passagens (partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes;
- Execução de reserva e emissão de seu comprovante;

- j)** Emissão de bilhetes automatizados ou presenciais;
- k)** Proceder à emissão de bilhetes eletrônicos ou manuais para outras localidades do Maranhã, Brasil e exterior, à disposição do passageiro, na companhia ou empresa mais próxima, nos aeroportos, informando o código da passagem e qual a empresa;
- l)** Repassar integralmente todos os descontos proporcionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas e empresas;
- m)** Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia e /ou empresa.

3.6. Frisa-se ainda, que o quantitativo estimado de bilhetes não indica qualquer compromisso futuro para Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH, pois são apenas referenciais, tendo por finalidade subsidiar os licitantes a elaborarem suas propostas, pois trata-se de mera estimativa de gastos, razão pela qual não poderá ser exigida, nem considerada como valor para pagamento mínimo ou número mínimo de aquisições, podendo sofrer alteração, de acordo com a necessidade da Contratante, sem que isso justifique qualquer indenização à Contratada.

4. DO FORNECIMENTO, CANCELAMENTO E REEMBOLSO DE BILHETES E/OU PASSAGENS

- 4.1.** A Contratada entregará o bilhete em até 2 (duas) horas após a solicitação feita pela EMSERH. A reserva será feita por meio de solicitação por telefone ou e-mail, com posterior confirmação através de ofício em papel timbrado.
- 4.2.** A Contratante será informada sobre as solicitações de reserva, independentemente de confirmação, em até 2 (duas) horas após sua solicitação, caso ocorra.
- 4.3.** Reserva, cancelamento e alteração de datas e horários de passagens, mesmo que por telefone, será feito pela Contratada, de acordo com a conveniência da Contratante.
- 4.4.** A Contratada providenciará a marcação de passagens nos horários estabelecidos pela Contratante, inclusive retorno.
- 4.5.** As passagens aéreas serão colocadas à disposição da Contratante em qualquer aeroporto do Brasil, mediante requisição.
- 4.6.** As passagens deverão ser emitidas dentro da tarifa mais vantajosa para Contratante assegurando, sempre que se verificar a condição, o menor preço em vigor, praticadas por qualquer das companhias/empresas do setor, mesmo que em caráter promocional.
- 4.7.** Os problemas que venham a surgir, relacionados com passagens e embarques, em aeroportos, rodoviárias e hidroviárias, indicando, para tanto, número(s) telefônico(s), com plantão de 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, serão solucionados para que o usuário possa ser socorrido quando necessário, devendo para isso, a Contratada receber chamadas telefônicas a cobrar, se for o caso.
- 4.8.** Os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período, juntamente com as faturas, serão fornecidos através de relatórios que permitam a Contratante acompanhar o andamento das aquisições, reembolso de passagens, frequência de voos, etc.
- 4.9.** Será enviado para a fiscalização do contrato via correio eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas após a solicitação da(s) passagem(ens) aérea(s), a confirmação da execução da emissão das referidas passagens.
- 4.10.** No caso da Contratada que não possua sede ou escritório na cidade de São Luís/MA, disponibilizar comunicação telefônica que não onere a Contratante, ou seja, disponibilizar serviços telefônicos do tipo 0800 (se houver) e/ou chamadas a cobrar.
- 4.11.** Proceder à entrega dos bilhetes de passagens aéreas, "voucher" e/ou qualquer

outro documento necessário à viagem, no local a ser indicado pela Contratante, com a antecedência mínima de 12 (doze) horas quando se tratar de viagem nacional e 24 (vinte e quatro) horas para as internacionais ou colocá-los à disposição dos passageiros, ou informá-lo do código de transmissão e a empresa aérea, quanto se tratar de PTA ou de bilhete eletrônico.

4.12. Em caso de extrema urgência, em períodos inferiores aos previstos no subitem 5.11, a Contratada efetuará a reserva do bilhete de viagem, encaminhando por meio eletrônico.

4.13. Em caso de impossibilidade de encaminhamento dos bilhetes por meio eletrônico será providenciado, pela Contratada, a emissão de bilhetes, com a entrega no local indicado pelo Contratante em tempo hábil para o embarque do passageiro.

4.14. A Contratada realizar check-in antecipado junto às companhias aéreas que permitam tal procedimento, quando solicitado pela contratante.

4.15. Os pedidos de cancelamento de passagens não utilizadas, total ou parcialmente, ocorridos por mudança de planos em atenção à necessidade do serviço, desde que esteja no prazo e condições de cancelamento concedido pelas Companhias e ou empresas – os quais deverão ser devidamente comprovados pela contratada- implicarão o cancelamento automático, sem ônus para a EMSERH e não serão incluídas no faturamento.

4.16. O valor dos trechos ou trechos não utilizados pela EMSERH será restituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da solicitação do reembolso pela EMSERH, mediante emissão de nota de crédito em favor da EMSERH. Caso não ocorra o referido reembolso no prazo estabelecido, os valores correspondentes aos bilhetes devolvidos serão glosados em fatura a ser liquidada.

4.17. A contratada deduzirá do reembolso o valor decorrente dos encargos inerentes ao cancelamento do bilhete e/ou passagens em que deu causa, tais como: multa aplicada para a empresa de transporte de passagens terrestre ou marítima pelo cancelamento do bilhete, imposto, em caso de já ter sido faturado o bilhete ou trecho cancelado.

4.18. O preço das passagens, a ser cobrado pela contratada, deverá estar em conformidade com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

4.19. Os serviços serão recebidos, provisoriamente, pelo gestor do contrato para que seja verificada a sua conformidade com as especificações e exigências.

4.20. Inexistindo irregularidade nos serviços, o gestor do contrato emitirá um termo de recebimento definitivo com atesto técnico para o devido pagamento dos serviços.

5. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA)

5.1. TRANSPORTE AÉREO

- a)** Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.
- b)** Certificado de Registro no Ministério do Turismo – EMBRATUR, na forma da Lei nº 11.771 de 17/09/2008, que indica que está credenciada a realizar serviços de reserva de emissão / fornecimento de passagens aéreas.
- c)** Comprovação de que a licitante se encontra regularmente associada na Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV, mediante apresentação de Certificado emitido pela entidade, com data não anterior a trinta dias da primeira publicação deste Edital.
- d)** Declaração formal e expressa do licitante, informando que opera com no mínimo de 2 (duas) companhias aéreas nacionais, classificadas como regulares perante o Departamento de Aviação Civil – DAC, em observância ao art. 8º da IN 03/2015- MPOG.

- e) Apresentar Ato de registro perante a Internacional Air Transport Association (IATA). Na hipótese de empresa não dispor desse registro, poderá apresentar declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, obtida no site, traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que o licitante é possuidor de crédito direto e está autorizado a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato.
- f) Declaração formal e expressa do licitante, informando que opera com todas as companhias aéreas nacionais classificadas como regulares perante o Departamento de Aviação Civil – DAC

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada se obriga a orientar na escolha da opção da tarifa e rota que proporcionem o menor custo à EMSERH, e dentro das condições exigidas, ficando responsável pelo ressarcimento da diferença a maior entre a opção escolhida e outra de menor preço que pudesse ser utilizada.

6.2. Disponibilizar o atendimento 24 (vinte e quatro) horas, em regime de plantão, em finais de semana, feriados ou mesmo após no fim do expediente comercial, por meio de telefone celular, mantendo 1 (uma) linha telefônica exclusiva para atender às solicitações da EMSERH.

6.3. Disponibilizar, durante todo o período de vigência do contrato, informações sobre opções de voos, considerando: menor preço, tempo de deslocamento, número de conexões, entre outras informações.

6.4. Assessorar e fornecer informações a EMSERH, quando solicitado, por meio de documento impresso ou digital (ofício ou e-mail), a melhor opção de roteiro, horário, frequência do meio de transporte (chegada e partida), tarifas promocionais à época da retirada do bilhete, regras tarifárias vigentes pelas companhias, entre outros.

6.5. Oferecer atendimento aos empregados, colaboradores da EMSERH, em todo território nacional e internacional, para obtenção de lugares nos meios de transporte (aéreo), confirmação de reservas, conexões em aeroportos, fora do domicílio de origem.

6.6. Entregar passagem e/ou bilhete (voucher, e-ticket, reservas, etc.) nas localidades e endereços indicados pela EMSERH, ou, caso necessário, colocar as respectivas passagens e bilhetes à disposição dos beneficiários, quando fora do expediente, em agências de viagens e/ou balcões de companhias de fácil acesso, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da confirmação da emissão, de forma impressa ou digital (reserva e/ou e-ticket).

6.7. Repassar a EMSERH as vantagens e/ou bonificações em decorrência da emissão em conjunto de bilhetes, e negociações de pacotes promocionais.

6.8. Solicitar o cancelamento e/ou remarcação dos bilhetes emitidos e não utilizados pelos beneficiários, pela Contratada, quando solicitado pela EMSERH, por meio de documento impresso ou digital (ofício ou e-mail), em tempo hábil e de acordo com as normas específicas aplicáveis.

6.9. Reembolsar ou emitir crédito das passagens, bilhetes e outros serviços (vouchers, e tickets, e outros), pagos e não utilizados, pela Contratada, a favor da EMSERH, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da solicitação da EMSERH, realizado por meio de documento impresso ou digital (ofício ou e-mail), inclusive em ocorrência de rescisão ou extinção do contrato de passagens.

6.10. Realizar *check-in* de passageiros (individuais ou grupo), quando solicitado pela EMSERH, por meio de documento impresso ou digital (ofício ou e-mail), com antecedência de no mínimo 12 (doze) horas.

- 6.11.** Providenciar a substituição de passagens quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, sendo que, nos casos em que houver aumento de custo, com elaboração de aditivo ao "Pedido de Compra", no valor complementar e, se houver diminuição de custo, com emissão de ordem de crédito a favor da EMSERH, a ser utilizado como abatimento no valor da fatura posterior.
- 6.12.** Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento dos serviços da Contratada.
- 6.13.** Responsabilizar-se pelos danos causados a EMSERH ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços previstos neste Termo de Referência.
- 6.14.** Arcar com as despesas decorrentes de quaisquer erros e/ou divergências que tenham sido cometidos pela Contratada na emissão dos bilhetes (seguro e outros), passagem aérea e reservas (hospedagem, transfer e outros).
- 6.15.** Arcar com as despesas decorrentes de falhas ou infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados e/ou prepostos no cumprimento das obrigações estipuladas no presente Termo de Referência.
- 6.16.** Comunicar imediatamente (por escrito) a EMSERH sobre qualquer anormalidade verificada para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.
- 6.17.** Manter, durante toda a execução do contrato, crédito e/ou recursos financeiros disponíveis, de forma compatível com o volume de vendas estimado para os serviços previstos neste Termo de Referência, junto a seus fornecedores: companhias aéreas nacionais, operadoras de viagem, agências consolidadoras, redes hoteleiras, entre outros, de maneira que não comprometa a execução dos serviços por falta de capital por parte da Contratada.
- 6.18.** Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais que porventura tenha acesso ou venha a ter ciência devido ao ingresso nas dependências da EMSERH, sejam relacionados ou não com a prestação de serviço previstos neste Termo de Referência, devendo a Contratada orientar seus empregados e/ou prepostos neste sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 6.19.** Providenciar, em caso de interrupção no funcionamento do sistema eletrônico (da empresa de transporte (aéreo, terrestre, marítimo), a entrega do bilhete diretamente à Contratada.
- 6.20.** Apresentar soluções exequíveis aos problemas relacionados, com o objeto deste Termo de Referência, mesmo que para isso outra solução, não prevista neste, tenha que ser apresentada, para aprovação e execução, sem ônus adicionais para a EMSERH.
- 6.21.** Apresentar relatório quinzenal dos bilhetes e passagens emitidas pela Contratada, contendo informações: nome do beneficiado, empresa de transporte, horário de saída, horário de chegada, valor da tarifa, valor das taxas, entre outros itens relativos a despesas de viagem.
- 6.22.** Os reembolsos serão solicitados através de formulário emitido pela EMSERH.
- 6.23.** Apresentar relatórios, extratos e outros tipos de documentos e fornecer comprovações de pagamentos de fornecedores e de tributos que incidirem sobre a execução dos serviços prestados da Contratada, sempre que solicitado pela EMSERH, por meio de documento impresso ou digital (ofício ou e-mail), em no prazo máximo de 24 horas a partir da solicitação formal.
- 6.24.** Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e

qualificações exigidas no Instrumento Convocatório a ser realizado e estipulado no processo licitatório.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor, forma e prazos ajustados.
- 7.2.** Gerenciar o presente contrato, indicando, sempre que solicitado, o nome da Contratada, o preço e a descrição do(s) objeto(s) contratado(s).
- 7.3.** Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos.
- 7.4.** Impedir a subcontratação do objeto ou parte dele.
- 7.5.** Proporcionar as condições necessárias para que a Contratada possa desempenhar os serviços dentro das normas estabelecidas e contratações executadas.
- 7.6.** Oferecer informações detalhadas de cada evento, em um prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência, por meio de projeto e ou *briefing*, para subsidiar o plano de ação da Contratada.
- 7.7.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 7.8.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

8. DA PROPOSTA

- 8.1.** A proposta deverá ser apresentada em linguagem clara e objetiva, sem erros linguísticos ou rasuras, de modo que haja a identificação da Contratada e que seja assinada por responsável legal ou por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da Contratada, devendo conter os dados (nome completo, RG e CPF) da pessoa responsável pela assinatura do contrato.
- 8.2.** A licitante deverá apresentar devidamente preenchida e assinada a Proposta de Preços. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico.
- 8.3.** Possíveis indefinições, omissões falhas ou incorreções das especificações contidas na planilha de preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a Contratada alterar a composição de seus preços unitários.
- 8.4.** A proposta deverá ser datada, assinada, em papel Timbrado da empresa, com validade mínima de 90 (noventa) dias.
- 8.5.** A empresa contratada deverá considerar no valor total de sua proposta comercial todas as despesas diretas e indiretas para fornecimento do objeto do presente Projeto Básico.
- 8.6.** As propostas deverão ser apresentadas discriminando os valores unitários e totais, sendo consideradas válidas as que forem apresentadas com valores até duas casas decimais. Para tanto, a empresa deverá considerar a quantidade estimada, conforme estimativa neste Projeto Básico.
- 8.7.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo.
- 8.8.** Para as Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais o critério de julgamento das propostas deverá ser o menor preço representado pela menor taxa de agenciamento.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado pela EMSERH de forma parcelada, sendo que o primeiro será no prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da Nota Fiscal, devidamente atestada, assinada e datada por quem de direito.

9.2. As faturas deverão acompanhar relatório dos serviços contratados com indicação, das passagens ou bilhetes emitidos, reservas emitidas e realizadas, nome da empresa fornecedora, centro de custo, bem como cópia das notas fiscais e/ou recibos dos respectivos fornecedores e orçamentos. Nas faturas será indicada o valor do agenciamento da Contratada sobre a intermediação dos serviços.

9.3. Junto à Nota Fiscal, a Contratada fará constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao número do contrato, o número do pregão e dos itens correspondentes, o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente.

9.4. Havendo erro na fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a fatura será devolvida pelo Fiscal à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a EMSERH.

9.5. O pagamento à Contratada somente ocorrerá mediante a comprovação de sua regularidade junto à Secretaria da Receita Federal, à Previdência Social, consubstanciada na Certidão Negativa de Débito, junto ao FGTS, e a consulta ao CADIN.

9.6. Deverá ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 17.440, de 7 de julho de 2011, para efeito de pagamento.

9.7. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto a ser executado, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

10. DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

10.1. Em caso de atraso injustificado na execução do objeto licitado, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, e por ocorrência, até o máximo de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, uma vez comunicada oficialmente.

10.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

10.3. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Ordem de Fornecimento, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução contratual sobreviver prejuízo par a Administração;
- d) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública,

enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. A execução do objeto é obrigação da empresa contratada e neste caso, é vedada a subcontratação do objeto deste Contrato e do Termo de Referência, considerando à particularidade do objeto e as condições para sua execução, por questões relevantes ao fator econômico da necessidade, da segurança pertinente a disponibilidade do objeto, fiscalização e acompanhamento em todo período da vigora do contrato.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por acordo entre as partes, desde que a medida seja vantajosa para a EMSERH e respeitado o limite estabelecido no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

13. DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

13.1. As despesas decorrentes dessa contratação estarão submetidas à dotação orçamentária prevista para o atendimento da presente finalidade, a ser consignado pela EMSERH.

14. DO FISCAL DO CONTRATO

14.1. A Diretoria da EMSERH indicará o fiscal da contratação e este será designado por ato normativo da Presidência da EMSERH. O fiscal deverá acompanhar e fiscalizar a conformidade do objeto de acordo com a legislação vigente, as especificações técnicas e quantidades contidas neste Projeto Básico, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante da EMSERH, em consonância com o art. 194 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a prestação do serviço contratado.

15.2. As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato e do edital da licitação, visando o fornecimento do serviço do objeto descrito no presente Termo de Referência.

São Luís, 27 de junho de 2023.

Elaborador

Daniela Gomes Duarte de Farias
Consultora de Compras
Matrícula nº 12605

De acordo:

Nadiane Pinto Pereira
Coordenadora de Compras em Exercício
Matrícula nº 7579

LICITAÇÃO PRESENCIAL N.º 085/2023 – CSL/EMSERH**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.228/2023- EMSERH****ANEXO II****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS****Ao****Agente de Licitação da EMSERH****LICITAÇÃO PRESENCIAL N.º 085/2023– CSL/EMSERH**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.228/2023– EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de agenciamento de viagens, que compreende reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas, quando necessário, em âmbito nacional e internacional, para deslocamentos de colaboradores a serviço da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH.

Prezado Senhor,

A empresa (____razão social do licitante____) com endereço na _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF Nº _____, vem apresentar proposta comercial relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

Propomos o valor total de (Incluída a RAV) _____ (_____), para o fornecimento do objeto desta licitação, conforme demonstrativo abaixo:

| ITEM | Descrição dos Serviços | RAV- Remuneração do Agente de Viagem | Número Médio de Passagens Emitidas ao Ano (Ida e Volta) | Valor Anual estimado para Aquisição das Passagens | Valor total estimado da contratação |
|-------------------------------------|--|---|--|--|---|
| | | A | B | C | D=(AxB)+C |
| 1 | Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, que compreende reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas quando necessário, em âmbito Nacional e Internacional, para deslocamentos de colaboradores a serviço da EMSERH. | R\$ ----- | 1.060 | R\$ 2.658.000,00 | R\$ ----- |
| VALOR TOTAL (incluído a RAV) | | | | | R\$ ----- |

Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

Dados Bancários: Banco XXXXXXXX, Agência nº XXXXX e Conta Corrente nº XX.XXX-XX.

Contatos: telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail).

Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Licitação Presencial.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação e qualificação)

Obs.: Modelo de proposta a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

LICITAÇÃO PRESENCIAL N.º 085/2023 – CSL/EMSERH**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.228/2023- EMSERH****ANEXO III****DECLARAÇÃO CONSOLIDADA**

Ao

Agente de Licitação da EMSERH

Ref.: LICITAÇÃO PRESENCIAL N.º 085/2023– CSL/EMSERH**Processo Administrativo nº 13.228/2023– EMSERH**

A empresa (razão social do licitante) com endereço na _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado, _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF Nº _____:

- **DECLARA** sob as penalidades da Lei o cumprimento ao disposto no art. 60, §2º, alínea “c” do RILC/EMSERH, em conformidade com o Edital, que cumpre plenamente os requisitos para Habilitação na licitação em referência, estando, portanto, apto a participar do certame licitatório;
- **DECLARA**, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que não emprega menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: Caso empregue menor na condição de “menor aprendiz” preencher a ressalva abaixo:

RESSALVA: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

- **DECLARA** sob as penas da lei e do art. 60, VIII, do RILC/EMSERH, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, **COMPROVAR A EXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS CONSTANTES EM SUA PROPOSTA**, nos termos do Edital;
- **DECLARA** sob as penas da lei, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso art. 60, inciso I, alínea “d” do RILC/EMSERH;
- **DECLARA**, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório em referência, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Estou ciente da obrigatoriedade da *apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº*

6, de 15 de março de 2013, do IBAMA. Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente;

➤ **DECLARA** que o REGIME TRIBUTÁRIO da licitante é:

- Simples Nacional;
- Lucro Real;
- Lucro Presumido;
- Outro: _____.

➤ **DECLARA** que a licitante é ENQUADRADA como:

- Microempreendedor Individual (MEI);
- Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 14 da Lei Estadual nº 10.403/2015;
- Cooperativa (COOP), somente as de consumo, em conformidade com o art. 3º, § 4º, inciso VI da Lei Complementar nº 123/2006;
- Normal.

➤ **DECLARA** que a licitante (Pessoa Jurídica) possui como Sócio(s) Majoritário(s) o(s) Sr(s). _____, inscrito sob o CPF nº _____.

➤ **Declaramos**, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação e qualificação).

Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

LICITAÇÃO PRESENCIAL N.º 085/2023 – CSL/EMSERH**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.228/2023- EMSERH****ANEXO IV****MINUTA DE CONTRATO****CONTRATO Nº ____/20__ - GCC/EMSERH**
PROCESSO Nº 13228/2023- EMSERH**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A**
EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS
HOSPITALARES - EMSERH E A EMPRESA
_____.

CONTRATANTE: EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH, Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, estabelecida nesta Capital do Estado do Maranhão, na Av. Borborema, quadra nº 16, nº 25, Calhau – CEP: 65.071-360, inscrita no CNPJ sob o nº 18.519.709/0001-63, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. **MARCELLO APOLONIO DUAILIBE BARROS**, brasileiro, funcionário público, matrícula nº 11.748, inscrito no CPF sob nº 976.615.203-97 e portador da Cédula de Identidade nº 156623620004 (GEJUSC-MA) e pela Diretora Administrativa, a Sra. **LETÍCIA HELENA DO VALE FAÇANHA**, brasileira, solteira, funcionária pública, matrícula nº 7.313, inscrita no CPF sob nº 026.470.503-33 e portadora da Cédula de Identidade nº 120015299-6 (SSP/MA), ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, sediada à Rua _____, CEP.: _____ neste ato representada pelo Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____.

Os **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, resolvem celebrar o presente Contrato, instruído no Processo nº 13228/2023-EMSERH com fundamento na modalidade _____, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 Este Contrato tem por objeto, Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de agenciamento de viagens, que compreende reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas, conforme Termo de Referência e proposta adequada apresentada pela Empresa Contratada (anexa), partes integrantes deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

2.1 A Contratada deverá executar o presente contrato de acordo com as especificações da proposta apresentada **em anexo**, no que tange às suas características, atualizações e padrões de

qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis, devendo seguir as especificações e quantitativos homologados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor total deste Contrato é de R\$ _____ (_____), incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 A vigência desta contratação será de **12 (doze) meses**, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, por interesse das partes, desde que autorizado formalmente pela autoridade competente.

CLÁUSULA QUINTA – DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

5.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte disponibilidade financeira: Unidade Orçamentaria: _____; Unidade: _____; Despesa: _____.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.10 serviço será executado a partir da emissão da ordem de serviço.

6.26.2 Para execução dos serviços, a empresa contratada deverá oferecer os seguintes serviços:

- a) Execução de reserva automática, "on-line" e emissão de seu comprovante;
- b) Emissão de bilhetes automatizados, "on-line" e ou presenciais;
- c) Consulta e informações quanto ao melhor percurso ou rota, "on-line" ou presencial;
- d) Consulta e frequência de voos e equipamentos, "on-line" ou presencial;
- e) Consulta a menor tarifa disponível "on-line" ou presencial;
- f) Impressão de consultas formuladas;
- g) Alteração/remarcação de bilhetes e passagens e combinação de tarifa;
- h) Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos e passagens (partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes;
- i) Execução de reserva e emissão de seu comprovante;
- j) Emissão de bilhetes automatizados ou presenciais;
- k) Proceder à emissão de bilhetes eletrônicos ou manuais para outras localidades do Maranhã, Brasil e exterior, à disposição do passageiro, na companhia ou empresa mais próxima, nos aeroportos, informando o código da passagem e qual a empresa;
- l) Repassar integralmente todos os descontos proporcionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas e empresas;
- m) Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia e /ou empresa.

6.3 Frisa-se ainda, que o quantitativo estimado de bilhetes não indica qualquer compromisso futuro para Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH, pois são apenas referenciais, tendo por finalidade subsidiar os licitantes a elaborarem suas propostas, pois trata-se de mera estimativa de gastos, razão pela qual não poderá ser exigida, nem considerada como valor para pagamento mínimo ou número mínimo de aquisições, podendo sofrer alteração, de acordo com a necessidade da **CONTRATANTE**, sem que isso justifique qualquer indenização à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO, CANCELAMENTO E REEMBOLSO DE BILHETES E/OU PASSAGENS

7.1.A Contratada entregará o bilhete em até 2 (duas) horas após a solicitação feita pela EMSERH. A reserva será feita por meio de solicitação por telefone ou e-mail, com posterior confirmação através de ofício em papel timbrado.

7.2.A CONTRATANTE será informada sobre as solicitações de reserva, independentemente de confirmação, em até 2 (duas) horas após sua solicitação, caso ocorra.

7.3.Reserva, cancelamento e alteração de datas e horários de passagens, mesmo que por telefone, será feito pela CONTRATADA, de acordo com a conveniência da CONTRATANTE.

7.4.A CONTRATADA providenciará a marcação de passagens nos horários estabelecidos pela CONTRATANTE, inclusive retorno.

7.5.As passagens aéreas serão colocadas à disposição da CONTRATANTE em qualquer aeroporto do Brasil, mediante requisição.

7.6.As passagens deverão ser emitidas dentro da tarifa mais vantajosa para CONTRATANTE assegurando, sempre que se verificar a condição, o menor preço em vigor, praticadas por qualquer das companhias/empresas do setor, mesmo que em caráter promocional.

7.7.Os problemas que venham a surgir, relacionados com passagens e embarques, em aeroportos, rodoviárias e hidrovias, indicando, para tanto, número(s) telefônico(s), com plantão de 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, serão solucionados para que o usuário possa ser socorrido quando necessário, devendo para isso, a CONTRATADA receber chamadas telefônicas a cobrar, se for o caso.

7.8.Os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período, juntamente com as faturas, serão fornecidos através de relatórios que permitam a CONTRATANTE acompanhar o andamento das aquisições, reembolso de passagens, frequência de voos, etc.

7.9.Será enviado para a fiscalização do contrato via correio eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas após a solicitação da(s) passagem(ens) aérea(s), a confirmação da execução da emissão das referidas passagens.

7.10.No caso da CONTRATADA que não possua sede ou escritório na cidade de São Luís/MA, disponibilizar comunicação telefônica que não onere a CONTRATANTE, ou seja, disponibilizar serviços telefônicos do tipo 0800 (se houver) e/ou chamadas a cobrar.

7.11.Proceder à entrega dos bilhetes de passagens aéreas, "voucher" e/ou qualquer outro documento necessário à viagem, no local a ser indicado pela Contratante, com a antecedência mínima de 12 (doze) horas quando se tratar de viagem nacional e 24 (vinte e quatro) horas para as internacionais ou colocá-los à disposição dos passageiros, ou informá-lo do código de transmissão e a empresa aérea, quanto se tratar de PTA ou de bilhete eletrônico.

7.12.Em caso de extrema urgência, em períodos inferiores aos previstos no subitem 5.11, a Contratada efetuará a reserva do bilhete de viagem, encaminhando por meio eletrônico.

7.13.Em caso de impossibilidade de encaminhamento dos bilhetes por meio eletrônico será providenciado, pela Contratada, a emissão de bilhetes, com a entrega no local indicado pelo Contratante em tempo hábil para o embarque do passageiro.

7.14.A CONTRATADA realizar check-in antecipado junto às companhias aéreas que permitam tal procedimento, quando solicitado pela contratante.

7.15.Os pedidos de cancelamento de passagens não utilizadas, total ou parcialmente, ocorridos por mudança de planos em atenção à necessidade do serviço, desde que esteja no prazo e condições de cancelamento concedido pelas Companhias e ou empresas – os quais deverão ser devidamente comprovados pela contratada- implicarão o cancelamento automático, sem ônus para a EMSERH e não serão incluídas no faturamento.

7.16.O valor dos trechos ou trechos não utilizados pela EMSERH será restituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da solicitação do reembolso pela EMSERH, mediante emissão de nota de crédito em favor da EMSERH. Caso não ocorra o referido reembolso no prazo estabelecido, os valores correspondentes aos bilhetes devolvidos serão glosados em fatura a ser liquidada.

7.17.A contratada deduzirá do reembolso o valor decorrente dos encargos inerentes ao cancelamento do bilhete e/ou passagens em que deu causa, tais como: multa aplicada para a empresa de transporte de passagens terrestre ou marítima pelo cancelamento do bilhete, imposto, em caso de já ter sido faturado o bilhete ou trecho cancelado.

7.18.O preço das passagens, a ser cobrado pela contratada, deverá estar em conformidade com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

7.19.Os serviços serão recebidos, provisoriamente, pelo gestor do contrato para que seja verificada a sua conformidade com as especificações e exigências.

7.20.Inexistindo irregularidade nos serviços, o gestor do contrato emitirá um termo de recebimento definitivo com atesto técnico para o devido pagamento dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor, forma e prazos ajustados.

8.2. Gerenciar o presente contrato, indicando, sempre que solicitado, o nome da CONTRATADA, o preço e a descrição do(s) objeto(s) contratado(s).

8.3. Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos.

8.4. Impedir a subcontratação do objeto ou parte dele.

8.5. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços dentro das normas estabelecidas e contratações executadas.

8.6. Oferecer informações detalhadas de cada evento, em um prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência, por meio de projeto e ou briefing, para subsidiar o plano de ação da CONTRATADA.

8.7. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

8.9. Receber o objeto deste contrato, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas;

8.10. Rejeitar, no todo ou em parte, o que estiver fora das especificações deste Contrato;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA se obriga a orientar na escolha da opção da tarifa e rota que proporcionem o menor custo à EMSERH, e dentro das condições exigidas, ficando responsável pelo ressarcimento da diferença a maior entre a opção escolhida e outra de menor preço que pudesse ser utilizada.

9.2. Disponibilizar o atendimento 24 (vinte e quatro) horas, em regime de plantão, em finais de semana, feriados ou mesmo após no fim do expediente comercial, por meio de telefone celular, mantendo 1 (uma) linha telefônica exclusiva para atender às solicitações da EMSERH.

9.3. Disponibilizar, durante todo o período de vigência do contrato, informações sobre opções de voos, considerando: menor preço, tempo de deslocamento, número de conexões, entre outras informações.

9.4. Assessorar e fornecer informações a EMSERH, quando solicitado, por meio de documento impresso ou digital (ofício ou e-mail), a melhor opção de roteiro, horário, frequência do meio de transporte (chegada e partida), tarifas promocionais à época da retirada do bilhete, regras tarifárias vigentes pelas companhias, entre outros.

- 9.5. Oferecer atendimento aos empregados, colaboradores da EMSERH, em todo território nacional e internacional, para obtenção de lugares nos meios de transporte (aéreo), confirmação de reservas, conexões em aeroportos, fora do domicílio de origem.
- 9.6. Entregar passagem e/ou bilhete (voucher, e-ticket, reservas, etc.) nas localidades e endereços indicados pela EMSERH, ou, caso necessário, colocar as respectivas passagens e bilhetes à disposição dos beneficiários, quando fora do expediente, em agências de viagens e/ou balcões de companhias de fácil acesso, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da confirmação da emissão, de forma impressa ou digital (reserva e/ou e-ticket).
- 9.7. Repassar a EMSERH as vantagens e/ou bonificações em decorrência da emissão em conjunto de bilhetes, e negociações de pacotes promocionais.
- 9.8. Solicitar o cancelamento e/ou remarcação dos bilhetes emitidos e não utilizados pelos beneficiários, pela CONTRATADA, quando solicitado pela EMSERH, por meio de documento impresso ou digital (ofício ou e-mail), em tempo hábil e de acordo com as normas específicas aplicáveis.
- 9.9. Reembolsar ou emitir crédito das passagens, bilhetes e outros serviços (vouchers, e tickets, e outros), pagos e não utilizados, pela CONTRATADA, a favor da EMSERH, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da solicitação da EMSERH, realizado por meio de documento impresso ou digital (ofício ou e-mail), inclusive em ocorrência de rescisão ou extinção do contrato de passagens.
- 9.10. Realizar check-in de passageiros (individuais ou grupo), quando solicitado pela EMSERH, por meio de documento impresso ou digital (ofício ou e-mail), com antecedência de no mínimo 12 (doze) horas.
- 9.11. Providenciar a substituição de passagens quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, sendo que, nos casos em que houver aumento de custo, com elaboração de aditivo ao "Pedido de Compra", no valor complementar e, se houver diminuição de custo, com emissão de ordem de crédito a favor da EMSERH, a ser utilizado como abatimento no valor da fatura posterior.
- 9.12. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento dos serviços da CONTRATADA.
- 9.13. Responsabilizar-se pelos danos causados a EMSERH ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços previstos neste Termo de Referência.
- 9.14. Arcar com as despesas decorrentes de quaisquer erros e/ou divergências que tenham sido cometidos pela CONTRATADA na emissão dos bilhetes (seguro e outros), passagem aérea e reservas (hospedagem, transfer e outros).
- 9.15. Arcar com as despesas decorrentes de falhas ou infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados e/ou prepostos no cumprimento das obrigações estipuladas no presente Termo de Referência.
- 9.16. Comunicar imediatamente (por escrito) a EMSERH sobre qualquer anormalidade verificada para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.
- 9.17. Manter, durante toda a execução do contrato, crédito e/ou recursos financeiros disponíveis, de forma compatível com o volume de vendas estimado para os serviços previstos neste Termo de Referência, junto a seus fornecedores: companhias aéreas nacionais, operadoras de viagem, agências consolidadoras, redes hoteleiras, entre outros, de maneira que não comprometa a execução dos serviços por falta de capital por parte da CONTRATADA.
- 9.18. Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais que porventura tenha acesso ou venha a ter ciência devido ao ingresso nas dependências da EMSERH, sejam relacionados ou não

com a prestação de serviço previstos neste Termo de Referência, devendo a CONTRATADA orientar seus empregados e/ou prepostos neste sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

9.19. Providenciar, em caso de interrupção no funcionamento do sistema eletrônico (da empresa de transporte (aéreo, terrestre, marítimo), a entrega do bilhete diretamente à CONTRATADA.

9.20. Apresentar soluções exequíveis aos problemas relacionados, com o objeto deste Termo de Referência, mesmo que para isso outra solução, não prevista neste, tenha que ser apresentada, para aprovação e execução, sem ônus adicionais para a EMSERH.

9.21. Apresentar relatório quinzenal dos bilhetes e passagens emitidas pela CONTRATADA, contendo informações: nome do beneficiado, empresa de transporte, horário de saída, horário de chegada, valor da tarifa, valor das taxas, entre outros itens relativos a despesas de viagem.

9.22. Os reembolsos serão solicitados através de formulário emitido pela EMSERH.

9.23. Apresentar relatórios, extratos e outros tipos de documentos e fornecer comprovações de pagamentos de fornecedores e de tributos que incidirem sobre a execução dos serviços prestados da **CONTRATADA**, sempre que solicitado pela EMSERH, por meio de documento impresso ou digital (ofício ou e-mail), em no prazo máximo de 24 horas a partir da solicitação formal.

9.24. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Instrumento Convocatório a ser realizado e estipulado no processo licitatório.

9.25. Comunicar à contratante a existência de qualquer anormalidade que notar referente ao objeto do contrato;

9.26. Providenciar a correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação;

9.27. Acatar todas as orientações do setor competente indicado pela contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados;

9.28. A fiscalização da contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta;

9.29. A Contratada deverá pautar sua atuação, referente à execução do objeto deste contrato, nas diretrizes organizacionais da EMSERH que descreve sua missão, visão e valores, conforme publicado em seu website <http://www.emserh.ma.gov.br>, **com vistas a contribuir para a qualidade e eficiência no âmbito da Política Estadual de Saúde do Maranhão**. É obrigatório que a contratada tome ciência e oriente seus empregados em manterem comportamento coerente com essas diretrizes;

9.30. A CONTRATADA deverá se abster de permitir ou tolerar que seus empregados e trabalhadores prestadores de serviço sejam expostos, direta ou indiretamente, às situações caracterizadoras de assédio moral (situações humilhantes e constrangedoras, decorrentes ou não de discriminação, repetitivas e prolongadas durante jornada de trabalho e no exercício de suas funções).

CLÁUSULA DÉCIMA – FISCAL DE CONTRATO

23.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pela EMSERH, que será designado como fiscal pela CONTRATANTE, para exercer essa atribuição em conformidade com os dispositivos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH que forem aplicáveis, bem como com o Manual do Fiscal de Contratos/EMSERH.

23.6. Os servidores designados como fiscais de contrato serão distribuídos entre:

23.6.1. FISCAL ADMINISTRATIVO, que:

- a) desempenhará atividade de supervisão administrativa do contrato, repassando as informações da execução para os setores da EMSERH envolvidos na fiscalização. Preferencialmente, possuirá conhecimentos técnicos compatíveis com o objeto da contratação e será ligado ao setor solicitante da contratação. Serão nomeados: fiscal administrativo titular e suplente;
- b) emitirá Ordem de Serviço/Fornecimento, dando ciência ao representante da empresa (preposto) sobre as condições de entrega, quantidades e qualidades, sempre por ato formal. Também será responsável pela emissão dos demais instrumentos necessários à comunicação entre as partes, viabilizando a regularidade do fluxo de informações que servirão para compor o Relatório de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos.

23.6.2. FISCAL TÉCNICO, que acompanhará diretamente a execução do contrato. Esse fiscal também terá, preferencialmente, conhecimento técnico acerca do objeto contratado, caso isso seja necessário ao pleno exercício da fiscalização. Serão nomeados: fiscal técnico titular e suplente.

23.7. Todos os Fiscais terão prerrogativas e atribuições para exercer, como representantes da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 Caberá, objetivando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, conferência e aceite definitivo da Nota Fiscal ou Fatura, de acordo com as condições constantes neste contrato e em consonância com as demais exigências administrativas em vigor, através de transferência bancária em favor da CONTRATADA: **BANCO:** _____ **AGÊNCIA:** _____ **CONTA CORRENTE:** _____.

12.2 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, mediante a apresentação de NOTA FISCAL, FATURA ou RECIBO (consoante o objeto do contrato), a ser emitido e entregue pela Contratada;

12.3 O documento referido no subitem anterior será protocolado na EMSERH no mês subsequente ao da execução dos **serviços**, através de Ofício, encaminhado à Contratante, onde devem constar todas as informações necessárias para sua devida quitação, devendo ainda estar de acordo com as normas fiscais vigentes. As Notas Fiscais, Faturas ou Recibos deverão ser apresentados conforme disposto nesta cláusula, e em todos os casos serão apresentados em **intervalo não inferior a 15 (quinze) dias;**

12.4 A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal, da Fatura ou do Recibo, e demais documentação necessária ao pagamento, ou a sua apresentação com incorreções ou ausência de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento pelo mesmo número de dias correspondente ao atraso ou ao tempo necessário à correção das

inconsistências verificadas. Nesse caso não caberá à CONTRATADA qualquer acréscimo no valor devido, tendo em vista que a demora se deu por sua única e total responsabilidade;

12.5 A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal as especificações dos **serviços prestados** de modo idêntico às constantes do objeto do Contrato;

12.6 A Nota Fiscal, a Fatura ou o Recibo serão atestados pela CONTRATANTE através do fiscal do contrato, observadas as normas contratuais e as administrativas vigentes;

12.7 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar na EMSERH os documentos abaixo relacionados, consoante o disposto na **Portaria nº 90, de 25 de março de 2019 – GAB/EMSERH, veiculada no Diário Oficial do Estado do Maranhão no dia 10 de abril de 2019, em seu caderno executivo:**

12.7.1 Solicitação da Empresa (contendo os dados bancários para pagamento);

12.7.2 Nota Fiscal Eletrônica ou Fatura atestada pelo Fiscal Técnico do Contrato contendo as seguintes informações:

I) No campo das observações, inserir o número do contrato, da Ordem de Fornecimento/Ordem de Serviço e da Unidade de Saúde.

II) No caso de prestação de serviços, também incluir:

a) As retenções na fonte e suas alíquotas;

b) Alíquota do Simples Nacional (ISS);

c) Local da prestação dos Serviços;

d) Código do serviço e sua descrição;

12.7.3 Cópia da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento;

12.7.4 Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

12.7.5 Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

12.7.6 Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa Estadual;

12.7.7 Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

12.7.8 Cadastro Estadual de Inadimplente - CEI;

12.7.9 Em casos de empresas sediadas no Estado do Maranhão, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade, ou compatível com o objeto contratual;

12.7.10 Cópia do Contrato e das Publicações do Extrato do Contrato e da Portaria do (s) Fiscais do Contrato no Diário Oficial do Estado (quando houver);

12.7.11 Cópia do Termo de Aditivo (quando houver) e das Publicações do Extrato do Termo Aditivo e da Portaria do(s) Fiscais do Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado;

12.7.12 Os documentos mencionados nos itens 12.7.4 a 12.7.7 podem ser substituídos, total ou parcialmente, por declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), desde que obedecido o disposto no art. 4º do Decreto nº 3.722/2001;

12.8 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

12.9 A CONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais, quando a legislação assim exigir;

12.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

| |
|-----------------------------|
| $I = \frac{(6 / 100)}{365}$ |
|-----------------------------|

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REVISÃO

13.1 Caberá revisão nos preços contratados para mais ou para menos, conforme o caso, quando houver criação, alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Em caso de atraso injustificado na execução do objeto licitado, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, e por ocorrência, até o máximo de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, uma vez comunicada oficialmente.

14.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

14.3. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

- a)** Advertência por escrito;
- b)** Multa de até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Ordem de Fornecimento, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;
- c)** Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução contratual sobreviver prejuízo par a Administração;
- d)** Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

15.1 A CONTRATADA poderá aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARAGRAFO ÚNICO - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS

16.1 De acordo com a natureza e as características do objeto do contrato, para o qual é facultativa a elaboração de matriz de riscos, tal instrumento não integrará a presente relação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE

17.1 É admitido o reajustamento dos preços dos contratos, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses;

17.2 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, sendo observada atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

17.3 Os valores dos insumos pactuados somente poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação da proposta;

17.4 Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa da contratada, será aplicado o índice IPCA, conforme Portaria nº 352/2022/GAB/EMSERH, de 1º de Julho de 2022, que dispõe;

I – Nas contratações em que o objeto se tratar de Prestação de Serviços, será aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA;

17.5 O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação dos últimos 12 (doze) meses, tendo por marco inicial a data limite para apresentação da proposta;

17.6 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste;

17.7 A prorrogação contratual sem prévio pedido de reajuste ratifica todas as cláusulas contratuais, operando-se a preclusão lógica quanto a eventuais pleitos de atualização de preços;

17.8 O reajuste de preços dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a EMSERH, das condições e dos preços contratados;

17.9 Os reajustes serão formalizados por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento;

17.10 O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1 Constituem motivo para rescisão do contrato, por sua inexecução total ou parcial, desde que de maneira motivada, os seguintes casos:

I - de forma unilateral, após decisão transitada em julgado em processo administrativo onde será garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo assegurados eventuais direitos ao contratado;

II - por acordo entre as partes, desde que conveniente a ambos e não gere prejuízo à EMSERH;

III - por determinação judicial.

Parágrafo único: Constituem motivos para a rescisão contratual, de forma unilateral, dentre outros:

I – o não cumprimento, total ou parcial, das especificações referentes à execução contratual, ou o seu cumprimento irregular;

II – a desobediência dos prazos de execução, inclusive os referentes ao seu início;

III – a suspensão da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação por parte da Contratada;

IV – nas situações que tornam a relação contratual inviável ou indesejável, desde que resultantes de caso fortuito ou força maior, regularmente demonstrado em processo administrativo;

V – subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratual não admitidos no edital ou no contrato;

VI – dissolução da sociedade ou falecimento do contratado, bem como decretação de falência ou instauração da insolvência civil da Contratada;

VII – alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que, a nova situação prejudique a execução contratual.

18.2. – Também constituem motivo para rescisão do contrato:

I – assinatura de novo contrato com o mesmo objeto contemplado neste instrumento contratual;

II – a rescisão antecipada ou o término do prazo de vigência (sem prorrogação) do contrato de gestão correspondente, devidamente instruída em processo administrativo específico;

III – a modificação do contrato de gestão que resulte na alteração do perfil das unidades de saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO

19.1 O presente Contrato poderá ser alterado. As alterações contratuais deverão se dar mediante a celebração de Termo Aditivo, de acordo com a vontade das partes, observadas as disposições previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH. Na hipótese de reajustamento do Contrato e demais alterações contratuais que não constituam modificação da essência da avença, e que não alterem cláusulas essenciais à contratação, devem ser formalizadas por simples apostilamento, restando dispensada a realização de aditamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto no presente instrumento contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

21.1 O presente instrumento de Contrato se vincula integralmente ao instrumento convocatório da licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance e/ou proposta apresentados pela Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA HABILITAÇÃO

22.1 A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

23.1 Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelo disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, na lei, nos princípios de direito administrativo bem como pelos preceitos de direito privado e demais legislação pertinente à matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CONSULTA DO CEI

24.1 As realizações de pagamentos e dos eventuais aditamentos a este Contrato feitos em favor da Contratada ficam condicionadas à inexistência de registro junto ao Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI, consoante determina o art. 6º, da Lei Estadual nº 6.690, datada de 11 de julho de 1996.

PARÁGRAFO ÚNICO: Constatada a existência de registro da Contratada no CEI, a EMSERH não realizará os atos previstos na Cláusula de Pagamento, por força do disposto no art. 7º, da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

25.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES

26.1 Qualquer comunicação entre as partes respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO

27.1 Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro da Comarca de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 As condições estabelecidas no edital farão parte deste contrato, independentemente de estarem aqui transcritas;

28.2 E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato em 1 (uma) via, perante a presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

São Luís (MA), ____ de _____ de 2023.

MARCELLO APOLONIO DUAILIBE BARROS

Presidente da EMSERH

LETÍCIA HELENA DO VALE FAÇANHA

Diretora Administrativa da EMSERH

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Responsável pela Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____